

Trabalho



Opinião

Câmara aprova reajuste do mínimo às aposentadorias

A aprovação, na 4ª feira (24), pela Câmara dos Deputados, da extensão da regra que reajusta o salário mínimo a todos os aposentados e pensionistas — inclusive àqueles que recebem benefícios superiores ao mínimo —, representou uma nova derrota para o governo federal na Casa Legislativa e uma vitória para a classe trabalhadora.

Agora, a emenda, resultado da fusão de emendas dos deputados Paulinho da Força (Solidariedade), Arnaldo Faria de Sá (PTB) e Mendonça Filho (DEM), segue para ser votada no Senado e, depois, para a apreciação da presidenta Dilma.

A Força Sindical entende que as regras para os

reajustes do salário mínimo e dos benefícios previdenciários, sejam eles iguais ou superiores ao salário mínimo, têm de ser as mesmas, pois todos têm contas a pagar, famílias a sustentar, e todos deram, e continuam dando, sua parcela de contribuição — grande, por sinal — para o desenvolvimento nacional.

Agora é a hora de intensificarmos nossa mobilização e nossa luta para que, no Senado, a emenda também seja aprovada. Conceder um reajuste digno às aposentadorias e pensões previdenciárias é uma forma bastante eficaz de distribuição de renda, de fomentar a produção e o consumo, e de corrigirmos uma injustiça cometida contra os aposentados e pensionistas brasileiros.

Miguel Torres
Presidente da Força Sindical



APOSENTADORIAS

Emenda do deputado Paulinho garante reajuste para os aposentados

Agora, no Senado, vamos mobilizar as bases para pressionar os senadores a reconhecer este direito dos trabalhadores

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 24, a Medida Provisória (MP) 672/15, que mantém as atuais regras de reajuste do salário mínimo para o período de 2016 a 2019. A novidade em relação ao texto original é a extensão dos reajustes aos benefícios de valor superior a um salário mínimo pagos pela Previdência Social (aposentadorias e pensões).

A regra foi aprovada por 206 votos a 179 por meio de uma emenda do deputado Arthur Maia (Solidariedade-BA) apresentada em Plenário, resultante da fusão de emendas dos deputados Paulo Pereira da Silva (Solidariedade-SP), Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) e Mendonça Filho (DEM-PE). "Foi uma vitória dos trabalhadores", disse o deputado Paulinho da Força, que participou como presidente da Força Sindical da negociação entre governo e Centrais, em 2006, para instituir a regra atual de correção do mínimo para valer a partir de 2008.

Com esta decisão, os parlamentares deram o primeiro passo para tornar realidade a luta de milhares de aposentados para ter os benefícios calculados pela soma da variação da inflação (INPC) e do Produto Interno Bruto (PIB). "A luta agora é no Senado. Vamos mobilizar as bases



Foto: Daniel Cardoso

Para Miguel e Paulinho, a aprovação, na Câmara, é uma vitória dos trabalhadores

da Central para sensibilizar os senadores a reconhecer este direito legítimo dos trabalhadores brasileiros", afirma Miguel Torres, presidente da Força Sindical.

"Durante anos acompanhamos a angústia dos aposentados, que se prepararam a vida inteira para ter aposentadorias acima do mínimo e, no final de cada ano, recebiam apenas a correção da inflação. Vale destacar a força e a perseverança deles na luta por aumento real, realizando passeatas, protestos e atos pelo Brasil, especialmente no Congresso. A inflação dos aposentados é bem maior, porque nessa fase da vida as pessoas passam a ter outras necessidades, como mais gastos com a saúde", observa Miguel.

Além de milhares de trabalhadores receberem o salário mínimo, ele também é usado como referência para os benefícios

assistenciais e previdenciários, como o abono salarial, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e as aposentadorias e pensões do INSS.

O reajuste do mínimo será baseado na variação do INPC acumulado no ano anterior, acrescido da taxa de crescimento real do PIB apurada dois anos antes. Para 2016, 2017, 2018 e 2019 serão acrescidos ao INPC do ano anterior as taxas de crescimento real do PIB de 2014, 2015, 2016 e 2017, respectivamente. Os índices de aumento serão publicados por decreto do Executivo anualmente.

Estas são exatamente as mesmas regras da política de valorização do salário mínimo estabelecida pela Lei 12.382/11 para o período de 2012 a 2015, e segue sistemática inaugurada em 2007. O salário mínimo atual é de R\$ 788.

Ditadura



Procuradoria denuncia sete por morte de Fiel Filho

Sete ex-agentes do aparato de repressão da ditadura militar foram denunciados em São Paulo, pelo Ministério Público Federal (MPF), pela morte do metalúrgico Manoel Fiel Filho, ocorrida em janeiro de 1976. Segundo a assessoria de Comunicação do MPF, o trabalhador foi preso por suspeita de ligação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), torturado e estrangulado nas dependências do antigo II Exército, em São Paulo.

De acordo com o MPF, os denunciados devem responder por homicídio triplamente qualificado e falsidade ideológica. Fiel Filho não tinha antecedentes criminais nem registros nos órgãos de repressão. Ele foi detido em 16 de janeiro de 1976, sem qualquer ordem escrita ou investigação formal contra si. Os agentes chegaram até o metalúrgico por causa de um depoimento de outro preso político, segundo quem o operário havia lhe entregado exemplares de uma publicação do PCB. Fiel Filho foi submetido a intensas sessões de tortura até o dia seguinte, quando morreu por estrangulamento.

Homenagem — Fiel Filho foi sócio do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Em junho de 2009, no 11º Congresso da categoria, os trabalhadores decidiram instituir 17 de janeiro como o 'Dia do Delegado Sindical Metalúrgico', em homenagem a Manoel Fiel Filho. "A homenagem é uma forma singela de lembrar todos os trabalhadores que foram perseguidos, presos, torturados e mortos na ditadura por defenderem um País mais justo", declara Miguel Torres, presidente do Sindicato e da Força.

FORÇA SINDICAL-SP

Instância Estadual de São Paulo realiza debate em Bauru

Dirigentes de entidades filiadas à Central no Estado debateram ontem, dia 25, em Bauru, o Programa de Proteção ao Emprego e a manutenção da fórmula 85/95 para as aposentadorias. "A crise e o desemprego afetam também os trabalhadores do Interior, especialmente do setor metalúrgico e sua cadeia produtiva", diz Danilo Pereira da Silva, presidente da Força-SP.

Sergio Luiz Leite, Serginho, 1º secretário da Força Sindical, participou do evento representando a Nacional.

Hélio Herrera Garcia, Peninha, secretário-geral estadual, comemorou a aprovação da emenda de autoria do deputado Paulinho da Força para garantir as mesmas regras do salário mínimo para os aposentados que recebem benefícios acima do mínimo.



Danilo e Serginho no evento que discutiu a proteção ao emprego e a fórmula 85/95

Foto: Força Sindical Nacional